

Pobreza volta a crescer em MS: 20,9% dos moradores vivem com renda abaixo de R\$ 497[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em Campo Grande, o contingente de pessoas com renda abaixo de R\$ 497 mensais aumentou 3,4% em um ano. Mariane Chianezi | 01/07/2022 Foto: Henrique Arakaki, Midiamax Com uma população estimada em 2,4 milhões de moradores, Mato Grosso do Sul tem um índice preocupante sobre a pobreza divulgado recentemente pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). A pesquisa do instituto indica que 20,9% dos moradores vivem com renda domiciliar por pessoa de R\$ 497 por mês. Levando em conta que o valor da cesta básica em Campo Grande, por exemplo, que pode ser encontrada por R\$ 380, é evidente ser impossível arcar com os demais custos de vida mensais, como o aluguel, despesas de água, luz e gás – que atualmente já há revendas comercializando a mais de R\$ 100. O mapa divulgado mostra que de 2018 a 2020, os níveis de pobreza no MS estiveram em decrescente. Em 2018, eram 18,23% de moradores vivendo com renda abaixo de R\$ 497, em 2019, o número caiu para 17,59% e em 2020, 17,3%. No entanto, no ano em que a pandemia esteve no ápice no mundo e castigou a economia, a pobreza no estado saltou 3,6% em um ano. Somente em Campo Grande, os níveis de pobreza cresceram 3,4% de 2020 para 2021, mostraram os dados da FGV. A Capital do Estado tem hoje 18,87% dos moradores vivendo na pobreza. A região de MS que concentra mais pessoas em vulnerabilidade econômica é a região do Pantanal, onde 28% da população vivem com renda abaixo de R\$ 497. O ranking de proporção de pobreza no Brasil pode ser acessado clicando aqui. "A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil" O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. O levantamento da FGV revela que "a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021" desde o começo da série histórica em 2012. Além da medição da pobreza brasileira agregada e suas variantes, a pesquisa conferiu especial atenção a composição geográfica da pobreza para localizar os estoques e os fluxos de pobreza no território brasileiro. A Unidade da Federação com menor taxa de pobreza em 2021 foi Santa Catarina (10,16%) e aquela com a maior proporção de pobres foi o Maranhão com 57,90%. Também foi realizada novas possibilidades de segmentar o país em 146 estratos espaciais: aquele com maior pobreza em 2021 é o Litoral e Baixada Maranhense com 72,59%, já a menor está no município de Florianópolis com 5,7%. Uma relação de 12,7 para um refletindo a conhecida desigualdade geográfica brasileira. A mudança da pobreza de 2019 a 2021 por Unidade da Federação em pontos percentuais na pandemia, revela que o maior incremento se deu em Pernambuco (8,14 pontos percentuais), e as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 pontos percentuais) e Piauí (0,03 pontos percentuais). Desemprego Dados da ocupação divulgados hoje (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram recuperação continuada do mercado de trabalho. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) aponta que a taxa de desocupação ficou em 9,8% no trimestre móvel encerrado em maio. O recuo foi de 1,4 ponto percentual em relação ao trimestre de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, quando a taxa ficou em 11,2%, e de 4,9 pontos percentual na comparação com o mesmo período de 2021, quando o desemprego estava em 14,7%. Segundo o IBGE, esta foi a menor taxa de desocupação para um trimestre encerrado em maio desde 2015, quando o indicador registrou 8,3%. Em números, o Brasil tem hoje 10,6 milhões de pessoas desocupadas. São 1,4 milhão de pessoas a menos frente ao trimestre anterior, o que representa um recuo de 11,5%. Na comparação anual, a queda foi de 30,2%, com 4,6 milhões de pessoas a menos desocupadas. O total de pessoas ocupadas atingiu o recorde da série iniciada em 2012, com 97,5 milhões. Uma alta de 2,4%, ou mais 2,3 milhões de pessoas, na comparação trimestral e de 10,6%, ou 9,4 milhões de pessoas, na comparação anual. O nível da ocupação foi estimado em 56,4%, alta de 1,2 ponto percentual frente ao trimestre anterior e de 4,9 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2021.

